

COP 15: negócios para o setor

O setor de celulose e papel tem um grande desafio a partir da 15ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 15): fazer com que a União Europeia (UE) reconheça os créditos de carbono florestais como mecanismo válido para compensar a emissão de poluentes. O fórum de Copenhague estabelecerá princípios para a revisão do Protocolo de Kyoto, definindo políticas climáticas globais e os limites para a emissão de gases causadores do efeito estufa (GEEs) de cada país. O Brasil é um dos poucos participantes que têm oportunidades de atrair investimentos, e seu patrimônio natural é a principal vantagem sobre os 200 países que participam dessa negociação.

Apesar de ser exigente em questões ambientais e de ter grande demanda por créditos de carbono, a UE não reconhece a validade dos créditos florestais para compensar excessos de emissões de GEEs. Ao mesmo tempo, entre os raros “credores ambientais”, está o setor brasileiro de celulose e papel com suas florestas plantadas que absorvem cerca de 64 milhões de toneladas de CO₂ por ano e que, no mesmo período, neutralizam 21 milhões de toneladas desse gás emitidas no processo industrial. Com saldo positivo, o setor tem a oportunidade de atrair novos investimentos para o País.

A Bracelpa definiu quatro frentes para representar o setor nessa negociação reforçando mensagens positivas sobre as florestas plantadas, e já trabalha na agenda de 2010 sobre o tema. No âmbito nacional, integra a Aliança Brasileira pelo Clima, união de 15 entidades representativas do agronegócio, florestas plantadas e bionergia que tem atuado com propostas concretas para as negociações

climáticas, sobretudo com foco na agenda defendida pelo governo brasileiro. A Associação também dá suporte ao embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, negociador oficial do governo brasileiro sobre mudanças climáticas, que representa os Ministérios das Relações Exteriores, da Agricultura e da Ciência e Tecnologia.

Internacionalmente, a Bracelpa compartilha as propostas do *International Council of Forest and Paper Associations* (ICFPA). Entidade que congrega associações das indústrias de base florestal e papeleiras do mundo inteiro, o ICFPA quer garantir que novos acordos climáticos globais incluam disposições sobre os benefícios das florestas ao meio ambiente e sobre o papel que a indústria de base florestal exerce

na redução do desmatamento e na proteção das florestas. Outra iniciativa global da Bracelpa reúne as associações do setor de celulose e papel de países que se destacam no manejo sustentável de florestas plantadas. Além do Brasil, integram o grupo a África do Sul, Argentina, Austrália, Chile, Espanha, Nova Zelândia, Portugal e Uruguai.



Florestas: no centro das negociações da COP 15

Editorial



Após a crise financeira internacional que desestabilizou a economia em 2009, cerca de 200 países podem desenhar, em Copenhague, o futuro do planeta. As negociações, a partir da COP 15, colocarão em xeque a economia de livre mercado, esboçando um novo modelo econômico global, com foco no valor do meio ambiente.

Esse futuro é promissor para o Brasil. O País se favorece por ser uma economia de baixo carbono e, do ponto de vista ambiental, já é considerado um exemplo a ser seguido. Também é promissor para o setor de celulose e papel que, com suas florestas plantadas, demonstra ao mundo que é possível criar um sistema industrial economicamente competitivo, ecologicamente correto e, ainda, com um balanço positivo de emissões de carbono.

Nessa nova ordem econômica, mecanismos para compensar a emissão de poluentes e outros instrumentos de política climática devem embasar-se em metas ambiciosas, viabilizadas no presente e comprometidas com o futuro. Porém, esses mecanismos e instrumentos precisam ser entendidos como alternativas provisórias para a adaptação dos países em direção a uma economia de baixo carbono.

Manter o planeta saudável para as próximas gerações só será possível se houver uma transformação estrutural. O novo modelo econômico terá sucesso se favorecer a preservação da vida.

Elizabeth de Carvalhaes
Presidente executiva da Bracelpa

Meta: inclusão dos c



Os créditos de carbono florestais podem levar à criação de diversos proje

O setor de celulose e papel lança na COP 15 uma das mais arrojadas propostas da negociação sobre mudanças climáticas: eliminar as restrições que impedem a comercialização de créditos de carbono florestais no principal mercado de carbono da atualidade – a União Europeia (UE), cujas políticas sobre clima são orientadas pelo Protocolo de Kyoto. Com um forte viés econômico, já que cria possibilidades de gerar novos patamares de investimentos no Brasil, a proposta do setor também posiciona as florestas plantadas como grandes aliadas na redução do aquecimento global.

Segundo o Protocolo, países desenvolvidos podem atingir suas metas de redução e limitação de emissões de gases causadores do efeito estufa mediante a aquisição dos títulos de Redução Certificada de Emissão (RCE), mais conhecidos como “créditos de carbono”. Uma das formas de gerar esses créditos é por meio de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), um dos pontos prioritários da Conferência e o mais importante para o setor. “A estratégia é dar mais garantias à União Europeia sobre a validade e permanência dos créditos de carbono florestais e, assim, garantir sua inclusão

Mecanismos de Desenvolvimento Limpo

Substituição de combustíveis fósseis por renováveis, tratamento de efluentes e projetos de eficiência energética são exemplos de iniciativas denominadas Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) que, ao serem usadas nos processos industriais, geram menor impacto ambiental. O Brasil ocupa, hoje, o terceiro lugar em número de projetos de MDL no mundo e tem outros 295 em fase de análise na Organização das Nações Unidas (ONU). O número só não é maior que o da China e o da Índia, porque a matriz energética brasileira já é, atualmente, uma das mais limpas do mundo.

Créditos de carbono florestais



Eduardo Moody/Venice

...tos de MDL, gerando novas iniciativas para combater o aquecimento global

em Kyoto”, explica Elizabeth de Carvalhaes, presidente executiva da Bracelpa.

Atualmente, a UE não considera os créditos de carbono gerados por florestas, sejam elas nativas ou plantadas, como mecanismo para compensar as emissões de poluentes. Alega que esses biomas estão sujeitos a eventos da natureza – queimadas, temporais e inundações, entre outras situações classificadas como “casos fortuitos” – e, por isso, não é possível garantir os estoques de carbono acumulado pelas florestas ao longo do tempo.

Para resolver essa questão, a proposta da Bracelpa estabelece o monitoramento periódico das florestas – em relação à absorção de CO₂, volumes de carbono

estocado e potencial de captura de CO₂ –, assegurando o estoque de carbono disponível para comercialização. Propõe, ainda, um acordo entre as partes para reposição de estoques, em caso de redução de volume de carbono, e a criação de linhas de seguro e resseguro para as florestas plantadas.

Outro termo de Kyoto contrário às florestas plantadas é o conceito de “temporalidade” dos créditos de carbono florestais. Segundo o texto atual, uma vez colhidas as florestas, todo o carbono estocado retorna à natureza, transformado em madeira para aplicações diversas. A Bracelpa questiona esse conceito, contrapondo as avançadas técnicas de manejo sustentável de florestas. “No cultivo de árvores para fins industriais, o ciclo de absorção nunca é interrompido, pois, assim que uma árvore é colhida, outra é imediatamente plantada no mesmo lugar. Nesse caso, a temporalidade não se aplica”, defende Elizabeth.

A executiva acrescenta outros argumentos em favor das florestas plantadas: o curto ciclo de crescimento das espécies e a elevada taxa de absorção de CO₂ nesse período. “Após determinada idade, o volume de CO₂ capturado tende a se estabilizar. Como o setor consegue colher árvores em sete anos, podemos dizer que as florestas plantadas absorvem CO₂ da atmosfera em sua potencialidade máxima”, explica.

O Brasil tem 6,7 milhões de hectares de florestas plantadas, que fornecem insumos para a indústria madeireira, moveleira, siderúrgica e de celulose e papel. Dessa área, que equivale a 0,7% do território brasileiro, 2 milhões de hectares correspondem ao plantio florestal do setor. “A proposta da Bracelpa pode gerar um novo produto no mercado de carbono, possivelmente com características bem diferentes de tudo o que já se viu”, conclui Elizabeth.

A expectativa é que uma revisão do Protocolo de Kyoto, que terá início a partir da Conferência, gere novas ferramentas e metodologias para o MDL. O setor de celulose e papel tem diante de si a oportunidade de assegurar uma posição de destaque nesse novo cenário econômico em formação na COP 15.

Protocolo de Kyoto

Em vigor desde 2005, quando 55% dos maiores emissores de poluentes concordaram com seus termos, o Protocolo de Kyoto propõe um calendário pelo qual os países signatários, sobretudo os desenvolvidos, têm a obrigação de reduzir em pelo menos 5% a emissão de gases que provocam o efeito estufa – considerando os níveis de emissão de 1990. O primeiro período de compromisso iniciou-se em 2008 e terminará em 2012. Na COP 15, espera-se uma revisão desses termos e a definição de um segundo período de compromissos para os países.

Pioneirismo verde

Os desafios globais relacionados à mudança do clima e a necessidade de estruturar ações urgentes, usando tecnologias disponíveis, viáveis e efetivas no curto prazo motivaram 15 entidades a formar a Aliança Brasileira pelo Clima: Agricultura – Florestas Plantadas – Bioenergia. A iniciativa tem o objetivo de colaborar com propostas concretas para as negociações sobre mudanças climáticas, com base na agenda do governo brasileiro na COP 15.



O Brasil tem uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo e 40% dela é originária de fontes renováveis. Porém, não recebe o devido reconhecimento da comunidade internacional por seu modelo de baixo carbono. Assim, com acesso limitado a importantes mercados consumidores, o País sofre impactos na imagem dos produtos comercializados e nas oportunidades de negócio. “É como se fôssemos penalizados pelo pioneirismo em várias iniciativas que ajudam a reduzir de emissões de CO₂, mas que não são reconhecidas pelos mecanismos existentes,” diz o presidente da União da Indústria de Cana-de-açúcar (UNICA), Marcos Jank. “É preciso levar adiante propostas que ampliem a geração de créditos de carbono, algo a que o País injustamente tem tido pouco acesso”, acrescenta.

“As florestas plantadas do Brasil são as mais produtivas e sustentáveis do mundo e absorvem milhões de toneladas de CO₂. É uma contribuição impressionante para o clima”, afirma Elizabeth de Carvalhaes, presidente executiva da Bracelpa. “Mas

o desmatamento prevalece na ótica internacional. Essa imagem negativa tem dominado pareceres sobre o Brasil em fóruns globais e prejudica setores ambientalmente corretos”, avalia.

Entre as ações de abrangência internacional a serem definidas a partir da COP 15, a Aliança apóia a iniciativa do governo federal de assumir compromisso voluntário de redução do desmatamento. Entre outras propostas, sugere também reformas em ferramentas e metodologias dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), que deverão resultar em um novo entendimento sobre os créditos de carbono florestais.

Em âmbito nacional, o grupo propõe que se formulem políticas públicas que privilegiem mecanismos de comércio de redução de emissões, em vez de uma simples taxação, além da adoção de iniciativas para desenvolver uma economia limpa. “O Documento de Posicionamento criado pela Aliança é um texto vivo, que evoluirá de acordo com o andamento das negociações e de outras iniciativas na mesma linha”, explica o presidente da Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG), Carlo Lovatelli.

Unidos pelo clima

Os setores que compõem a Aliança oferecem argumentos favoráveis às negociações brasileiras sobre mudanças climáticas, pois:

- ★ Representam 28% de toda a matriz energética brasileira
- ★ Respondem por 16% das exportações totais do Brasil
- ★ Capturam, mantêm e aumentam os estoques de carbono
- ★ Empregam energia renovável: etanol, biodiesel, bioeletricidade, florestas plantadas, carvão vegetal renovável e outras formas de biomassa que substituem combustíveis fósseis



Expediente: Folha da Bracelpa é uma publicação da Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa). A reprodução das informações do boletim é permitida desde que citada a fonte. **Jornalista responsável:** Sílvia Maiolino – MTb 17.110/

SP. **Editora:** Thais Mattos. **Design gráfico e diagramação:** TCI Art **Tiragem:** 3.000 exemplares **Gráfica:** Printcrom. **Bracelpa** – Rua Olimpiadas, 66 – 9º andar, Vila Olímpia, CEP 04551-000, São Paulo – SP.

Fone: (+55 11) 3018-7800. Fax: (+55 11) 3018-7813. thais@bracelpa.org.br / www.bracelpa.org.br.



BRACELPA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CELULOSE E PAPEL